

Dossiê: Educação de Jovens e Adultos, currículos e práticas educativas

Inclusão Escolar de estudantes com deficiência no Contexto da Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas: O Estado da Questão

School Inclusion of Students with Disabilities in the Context of Youth, Adult and Elderly Education: The State of the Question

Gilnúbia Rosa Mendes da Silva

José Jackson Reis dos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Vitória da Conquista/Bahia- Brasil

Danúsia Cardoso Lago

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Vitória da Conquista/Bahia- Brasil

Resumo

O aumento do número de estudantes com deficiência no contexto da Epcj vem fomentando pesquisas sobre a interface entre essas duas modalidades da educação básica. Neste artigo, objetivou-se identificar e analisar o Estado da Questão sobre inclusão escolar de estudantes com deficiência na Epcj em produções científicas publicadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Capes, período de 2015 a 2022. De abordagem qualitativa, o estudo apresenta introdução, metodologia e reflexões analíticas à luz dos trabalhos selecionados. O panorama da inclusão escolar na interface com a Epcj ainda é muito incipiente, o que reafirma a necessidade do (a) professor (a) ter acesso à formação contínua, com reflexão crítica sobre a própria prática, numa perspectiva ética, crítica e transformadora, a fim de atender aos (às) estudantes com deficiência em suas especificidades.

Palavras-chaves: Educação Especial; Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas; Inclusão escolar.

Abstract

The increase in the number of students with disabilities in the context of Epcj has encouraged research into the interface between these two modalities of basic education. The aim of this article was to identify and analyze the State of the Question about the inclusion of students with disabilities in Epcj in scientific productions published in the Digital Library of Theses and Dissertations (Capes), between 2015 and 2022. With a qualitative approach, the study presents an introduction, methodology and analytical reflections based on the selected papers. The panorama of school inclusion in the interface with Epcj is very incipient, which reaffirms the need for teachers to have access to continuous formation, with critical reflection on their own practice, from an ethical, critical and transforming perspective, in order to attend to students with disabilities in their specificities.

Keywords: Special education; Education of young, adult and elderly people; School inclusion.

Introdução

O debate sobre a Educação Especial e Inclusiva (EEI) e a Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (Epjai) vem ganhando espaço em estudos e pesquisas no ambiente acadêmico, tendo como aporte teórico autores(as) que discutem sobre o tema e os documentos normativos. Dentre eles, a Constituição Federal (CF) de 1988 (Brasil, 1988), no Artigo 208, prevê a garantia do direito à educação básica pelo Estado, reafirmando o direito à educação para todos(as), independentemente da idade. A Epjai não deve ser compreendida como educação compensatório ou supletiva, mas sim como um direito, o que implica na necessidade de implementar e promover políticas públicas e condições concretas de ação para assegurar tal direito. Entender a Epjai como compensação corrobora para negar a educação como direito humano pleno, como assevera Arroyo (2017, p. 109): “Essa visão reducionista ou esse não reconhecimento do direito à educação como direito humano pleno tem feito da EJA uma das experiências humanas e educativas mais empobrecedoras: suprir apenas percursos escolares truncados”.

Mesmo com uma vasta legislação que ampara e garante os direitos das pessoas com deficiência e com tantos avanços políticos, culturais, sociais e pedagógicos em defesa dos direitos dessa parcela da população, infelizmente, ainda há muitos entraves e barreiras a serem vencidos, principalmente no âmbito da educação. Entre tais desafios, o acesso, a permanência com aprendizagem e o currículo ainda se configuram como dificuldades para os(as) estudantes com deficiência, principalmente para aqueles(as) com idade acima de quinze anos, que, devido as suas condições físicas, sociais e psicológicas, muitas vezes, ficaram impedidos(as) de frequentar a escola. A esse respeito, Arroyo (2017, p. 272) questiona: “[...] Sua presença exige novas sensibilidades, novos valores sociais, políticos e pedagógicos. Novas políticas públicas. Como trabalhar esses corpos "estranhos"?”

Por oportuno, convém reafirmar as determinações e orientações em documentos normativos desde a CF (Brasil, 1988, p. 118), ao estabelecer, no Artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”; e, no Artigo 206, prevê “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”.

Nessa mesma vertente, a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e no artigo 2º, e determina: “Os sistemas de

ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (Brasil, 2001, p.1).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI, de 2008, ao acompanhar os avanços do conhecimento e das lutas sociais, e com intuito de constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos(as), tem como objetivo assegurar a inclusão escolar dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação¹. Para tanto, esse documento orienta que os sistemas de ensino precisam garantir o acesso, a participação, a permanência e a formação dos(as) estudantes em todos os níveis, etapas e modalidades da educação, com oferta do atendimento educacional especializado, formação para os(as) docentes e demais profissionais que atuam no contexto escolar e acessibilidade arquitetônica, com vistas a corroborar para que todos(as) possam alcançar os níveis mais elevados do ensino. (Brasil, 2008).

A Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, altera trechos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Brasil, 1996, p. 24), em seu Capítulo V, da Educação Especial, Artigo 59, substituindo o trecho onde se lia “[...] educandos com necessidades educacionais” para “[...] educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. Entretanto, a referida legislação não incorporou a interface desses(as) educandos(as) com a Epjai.

Nessa mesma acepção, pesquisas apontam que o debate sobre a interface entre a EEI e a Epjai vem sendo instituído no cenário educacional brasileiro, entretanto, considerando a relevância dessa temática, tais produções ainda são incipientes. O estudo de Siems (2012) “Educação de jovens e adultos com deficiência: saberes e caminhos em construção”, publicado em 2012, na Revista Educação em Foco, por meio de uma pesquisa bibliográfica, com recorte temporal entre 2003 e 2009, localizou, no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), apenas 11 produções que analisam a temática, mas conseguiu acessar apenas oito; no GT15 da Educação Especial, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), encontrou um artigo síntese de uma das teses acima localizadas na Capes; e, na base de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), não foi localizada nenhuma pesquisa sobre o tema em questão.

Sobre a interface entre Educação Especial e Epjai, Siems (2012) afirma que a primeira dissertação “[...] ocorre em 2003, havendo em 2004 e 2005, registro de apenas uma publicação na área por ano, crescendo, em 2006, para três trabalhos, produção mantida em 2007, e o recrudescimento, em 2008 e 2009, para apenas uma publicação por ano”. (Siems, 2012, p. 71). Dentre os dados encontrados nas produções, observamos os silenciamentos na forma da inexistência de estudos referentes à formação de professores(as) da Epjai para o atendimento aos(as) estudantes com deficiência, o que sinaliza que o trabalho pedagógico nessas modalidades educativas ainda é desenvolvido por professores(as) que não possuem formação específica.

Nessa mesma direção, a pesquisa de Moraes (2019) “Interfaces entre a educação especial na perspectiva inclusiva e educação de pessoas jovens, adultas e idosas: contextos de múltiplas (in)visibilidades”, publicada pelo Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGEn), da Uesb, em 2019, teve como objetivo analisar os processos de inclusão escolar de educandos com deficiência na Epjai, na rede municipal de ensino de Vitória da Conquista, Bahia. Pioneira nesse contexto, a produção confirmou que: “As múltiplas (in)visibilidades se configuram na presença do educando com deficiência na Epjai, na medida em que sua trajetória e suas necessidades específicas são negadas, aniquiladas pela necessidade de atender ao padrão homogeneizador e excludente da escola e da sociedade”. (Moraes, 2019, p. 134). De acordo com esse estudo, urge a necessidade de promover formação continuada para todos(as) os(as) profissionais que atendem a esses(as) estudantes, a fim de garantir o que se encontra determinado nos documentos normativos e nas políticas públicas educacionais.

É com base nos estudos, em pesquisas e nas legislações existentes que a EEI e a Epjai configuram-se como paradigmas educacionais baseados na concepção de direitos humanos, que problematizam e buscam materializar práticas e políticas de igualdade e diferença como valores intrínsecos, na perspectiva da equidade, com vistas a garantir não apenas o acesso dos(as) estudantes à educação, mas, sobretudo, assegurar espaços de aprendizagem de qualidade, com estratégias pedagógicas que contribuam efetivamente para processo de ensino e de aprendizagem.

Para conduzirmos o processo de elaboração do nosso estudo, buscamos compreender como se encontra o panorama das pesquisas que abordam a interface entre a EEI e a Epjai. Com esse propósito, realizamos um Estado da Questão (EQ), que permite fazer um

levantamento criterioso, a fim de inventariar o que já foi investigado sobre a temática, de modo que, concomitantemente, possa verificar quais foram as abordagens empregadas por outros(as) estudiosos(as), redirecionando e ampliando o debate sobre as modalidades em questão, com vistas a avançar na produção do conhecimento científico.

Em se tratando do EQ, Castro (2018, p. 51) afirma: “Não há ‘receita’ de como elaborá-lo. Cada estudante/pesquisador constitui singularmente o caminho, respeitando o tempo e as condições de desenvolvimento da investigação, o que envolve aspectos físicos e pedagógicos de avanços perquiridos”. Todo esse procedimento corrobora para a definição dos objetivos, planejamento do campo teórico-metodológico e para conduzir o percurso da pesquisa que poderá confirmar ou negar determinada teoria do conhecimento ou sinalizar para rever os questionamentos elencados em prol da construção de conhecimentos científicos.

Nesse contexto, o presente artigo partiu da seguinte questão de pesquisa: Qual o panorama da inclusão escolar de estudantes com deficiência na interface com a Epjai em produções científicas publicadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no período de 2015 a 2022? Para essa delimitação temporal, objetivamos identificar e analisar o Estado da Questão sobre inclusão escolar de estudantes com deficiência na Epjai, em produções científicas publicadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Capes, período de 2015 a 2022, atribuindo ênfase para as trajetórias e desafios da docência, no âmbito do ensino fundamental.

2. Percurso metodológico

Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva cujo caminho escolhido foi o EQ, o que possibilitou consultar fontes bibliográficas, tendo como objetivo mapear o material científico produzido sobre um determinado tema em um espaço de tempo. O EQ é uma possibilidade de pesquisa que contribui para evidenciar o atual cenário científico do objeto a ser investigado, sendo, portanto, de suma importância para a compreensão acerca do tema em estudo, na medida em que investiga cientificamente e de maneira aprofundada determinado objeto. (Ferreira, 2002; Nobrega-Therrien e Therrien, 2004).

Para realizar o EQ sobre o panorama da inclusão escolar dos(as) estudantes com deficiência na interface com a Epjai, delimitamos como interstício temporal as publicações entre 2015 a 2022. Justificamos esta escolha tendo como pressuposto o ano de 2015, ano em que foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei Nº 13.146/2015.

Nessa perspectiva, o *corpus* de análise dessa pesquisa é constituído por trabalhos publicados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que integra e dissemina, em um só portal, os textos completos das teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) de instituições brasileiras.

Para analisar os dados, optamos pela técnica da Análise de Conteúdo, que possibilita descrever os dados de forma sistemática, analisar as mensagens e alcançar um entendimento dos seus significados em um nível mais aprofundado, mobilizando três fases: a) pré-análise; b) exploração do material; c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

2.1 Seleção de teses e dissertações na BDTD

Na busca dos trabalhos, foram definidos como critérios de seleção identificar teses e dissertações existentes no banco de dados da BDTD que tivessem como foco o panorama da inclusão escolar na interface com a Epjai. Na busca avançada, foram utilizados os descritores “Educação Especial”, “Inclusão Escolar e EJA”, “Inclusão e Educação de Jovens e Adultos” e “Deficiência”, conforme marco temporal indicado. A busca inicial resultou em 20 (vinte) produções científicas, sendo 14 (catorze) dissertações e 6 (seis) teses, selecionados com base na leitura flutuante (Bardin,1977) dos resumos dos textos; em seguida, foram localizadas as pesquisas que contemplavam os critérios de inclusão, a saber: a) estudos publicados entre 2015 a 2022 e em língua portuguesa; b) estudos sobre estratégias didático-pedagógicas para estudantes com deficiência na Epjai; c) pesquisas sobre os desafios docentes para atuação com estudantes com deficiência na Epjai; d) estudos sobre inclusão escolar de estudantes com deficiência na Epjai.

Após essa etapa, não foram incluídos 12 (doze) das 20 (vinte) produções iniciais identificadas na BDTD e, ao final, foram selecionadas 8(oito) produções acadêmicas, sendo 5 (cinco) dissertações e 3 (três) teses. Com base nesse refinamento, foi possível sistematizar no Quadro 1 e 2 as informações gerais acerca de cada trabalho selecionado, quais sejam: título, autoria, ano de defesa/publicação, instituição/programa, tipo de produção e objetivos do estudo.

Quadro 1 – Dissertações sobre inclusão escolar na interface com a Epjai selecionadas na BDTD.

TÍTULO	AUTORIA	ANO	INSTITUIÇÃO PROGRAMA	OBJETIVO
Conversas entre deficiência e educação: por uma política da interdependência nos cotidianos escolares	Gabriela Vieira de Abreu	2019	UFES PPGPSI	Problematizar a relação entre deficiência e educação, a partir dos processos de construção de uma educação inclusiva.

Estudantes com deficiência e EJA-interventiva: a subjetividade social em foco	Lucinete Teixeira dos Santos Sampaio	2020	UNB PPGE/FE	Compreender aspectos da subjetividade social da escola, constituídos em relação à inclusão de estudantes com deficiência na EJA-Interventiva.
O atendimento educacional especializado itinerante e a educação de jovens e adultos: possibilidades de relações colaborativas	Carmel Cristina Chaves dos Reis Barros	2020	Univates PPGENSINO	Conhecer as relações que se estabelecem entre os professores do AEE itinerante, aqueles que atendem no mesmo tempo de sala de aula, e da EJA para o ensino dos alunos com deficiência.
A escola inclusiva na perspectiva de estudantes com surdez público da educação de jovens e adultos	Sumara Barbosa Alecrim	2021	UFSCar PPGEES	Analisar o acesso, a permanência, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a aprendizagem de surdos na Educação de Jovens e Adultos (EJA).
Conectar no <i>smartphone</i> : uma física para alunos(as) surdos(as)	Reginaldo Silva Guimarães	2021	UFMG Promestre	Propor estratégias de ensino que promovam a aproximação dos alunos surdos aos conceitos da física por intermédio de elementos teóricos e práticos relacionados a problematizações, contextualização sócio-histórico-cultural.

Fonte: Elaborado pelos/as autores/as, 2023.

Quadro 2 Teses sobre inclusão escolar na interface com a Epjai selecionadas na BDTD

TÍTULO	AUTORIA	ANO	INSTITUIÇÃO PROGRAMA	OBJETIVO
Formação e prática pedagógica de professores da EJA junto a estudantes com deficiência intelectual	Ana Maria Tassinari	2019	UFSCar PPGEES	Analisar a formação e atuação do professor da Educação de Jovens e Adultos junto aos alunos com deficiência intelectual, matriculados na modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos.
Da escola para o trabalho: narrativas de pessoas com deficiências egressas da EJA na Baixada Santista	Waldísia Rodrigues de Lima	2020	UFSCar PPGEES	Analisar o processo de escolarização e transição da escola para o trabalho, segundo as pessoas com deficiência egressas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Região Metropolitana da Baixada Santista.
Formação continuada crítico-colaborativa na educação de jovens e adultos: uma experiência com enfoque na inclusão de educandos com deficiência	Rayssa Maria Anselmo de Brito	2021	UFPB PPGE	Compreender as contribuições da formação continuada para professores do Epjai construída de modo crítico-colaborativo aos desafios de uma prática pedagógica inclusiva junto às pessoas com deficiência.

Fonte: Elaborado pelos/as autores/as, 2023.

Em seguida, realizamos uma leitura aprofundada das oito produções publicadas, com o intuito de extrair as informações necessárias para elaboração do EQ. (Nobrega-Therrien e Therrien, 2004).

3. Reflexões sobre os trabalhos selecionados à luz das categorias elaboradas

Nesse tópico, apresentamos a descrição e interpretação inicial do Estado da Questão sobre inclusão escolar de estudantes com deficiência na Epjai, identificado nos oito estudos selecionados nessa pesquisa, por meio das seguintes categorias temáticas: a) Trajetórias de estudantes com deficiência na Epjai; b) Os desafios para a docência na Epjai; c) Inclusão escolar na Epjai.

3.1 Trajetórias de estudantes com deficiência na Epjai

Abreu (2019) aborda em seu estudo que a trajetória de estudantes com deficiência na Epjai está pautada nas dificuldades apresentadas indicando uma prática excludente que visa habilitar o estudante na aquisição de conhecimentos considerados importantes para nossa sociedade, sem considerar outros modos de ensinar/aprender, sem reflexão sobre as especificidades daquele estudante, sem valorizar os saberes já internalizados e as potencialidades de cada um. A esse respeito, Abreu (2019, p.85) relata que o discurso dos professores é sempre pautado no “[...] não saber fazer e no que precisa saber, [...]”, o que torna a trajetória desse estudante na Epjai sem sentido ao atrelar a deficiência à incapacidade, além de reforçar o estigma da inferioridade na relação com os estudantes sem deficiência.

[...] falar dos educandos da EJA significa também perceber que cada educando traz consigo sua própria trajetória de vida e, portanto, em suas subjetividades, distintas razões pelas quais seus estudos foram inviabilizados e/ou interrompidos. [...]. (Brito, 2021, p. 101)

Tassinari (2019), Barros (2020) e Sampaio (2020) relatam que essa trajetória também é marcada pela falta de espaço para os jovens e adultos com deficiência no sistema regular, pois devido a faixa etária esses estudantes são encaminhados para a Educação de Jovens e Adultos sem nenhum recurso da educação especial. Mesmo com a ampliação de políticas que reconhecem e garantem o acesso dos estudantes com deficiência na educação de jovens e adultos, ainda falta ampliar e qualificar o serviço ofertado. Esses contrassensos invisibilizam os estudantes adultos com algum tipo de deficiência, dificultam o processo de inclusão e a apropriação práticas pedagógicas mais inclusivas.

No estudo de Alecrim (2021) fica claro a falta de articulação entre a educação especial e a educação de jovens e adultos ao relatar que os estudantes com deficiência interrompem

sua trajetória escolar por falta de recursos da educação especial, o que ocasiona, além da interrupção dos estudos, longos anos em uma mesma série.

Desse modo, urge a necessidade das novas pesquisas se atentarem para as barreiras que dificultam e/ou impedem o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, considerando a possibilidade de desenvolver propostas pedagógicas que contribuam para diversificação de ações e atividades pedagógicas, com vistas a assegurar que os estudantes alcancem as competências básicas estabelecidas no currículo escolar e/ou currículo funcional significativo. Para tanto, é preciso que os professores compreendam como desenvolver um planejamento com diferentes propostas e alternativas, considerando as diversas situações de aprendizagem e estratégias de ensino, com metodologia e avaliação adequadas, tendo como foco as especificidades e singularidades de cada estudante.

3.2 Os desafios para a docência na Epjai

Tassinari (2019), Abreu (2019) e Barros (2020) argumentaram que os desafios para a docência na sua atuação com os estudantes com deficiência na Epjai se evidenciam na falta de práticas pedagógicas inclusivas, na necessidade de alterar e inovar suas práticas, na falta de formação continuada e na falta de apoio e suportes da educação especial dentro da EPjai. Apontam também que as adaptações e adequações curriculares representam outro grande desafio para a docência, devido a diversidade de disciplinas e a complexidade dos conteúdos.

Guimarães (2021, p.32) menciona que “A partir do acesso para todos, a inclusão de alunos com deficiências ampliou o desafio docente. [...] as estratégias de ensino adotadas pelos professores precisaram ser recriadas para atender aos novos alunos que chegavam às escolas”. Contudo, mesmo diante de tantos desafios Lima (2020) e Alecrim (2021) abordam a dificuldade de trazer os docentes para participarem de pesquisas e de formações ou qualificações.

Nesse sentido, a formação continuada serve para (re)pensar a prática pedagógica, a fim de compreender, ressignificar os desafios presentes na realidade escolar e contribuir para uma educação inclusiva, capaz de atender efetivamente a todos os estudantes, público da educação inclusiva. A formação continuada nessa perspectiva busca investigar, analisar de forma crítico-reflexiva como conduzir o processo de ensino-aprendizagem, com vistas a atender as especificidades dos estudantes. (Mendes, 2006)

3.3 Inclusão escolar do estudante com deficiência na Epjai

Sobre a inclusão escolar na Epjai, Abreu (2019, p.99) afirma: “É ainda e, sobretudo, construir práticas de trabalho, que não se configurem a partir de diretrizes normalizadoras e sim que favoreçam as diferentes formas de existir e compor os espaços dentro da instituição escola”. Os resultados desse estudo evidenciaram que é de fundamental importância a oferta da formação continuada com essa temática para todos(as) os profissionais que atuam nas instituições escolares, uma vez esse processo formativo coopera para a construção de novas possibilidades de trabalho, na perspectiva da educação inclusiva, com vistas ao fortalecimento de práticas pedagógicas que possam contribuir para a inclusão escolar e social das pessoas com deficiência.

Tassinari (2019, p. 44) reitera que, após a publicação da PNEEPEI (2008), houve um aumento significativo de estudantes com deficiência nas turmas de Epjai, mas adverte que esse encaminhamento “[...] pode sugerir uma estratégia do sistema educacional de simplesmente transferi-los para um contexto ‘alternativo’ de aprendizagem, haja vista a pequena mudança na organização e flexibilização do atendimento a essas pessoas”.

Barros (2020, p.47), relata que “[...] vemos cada vez mais alunos com deficiência ocupando o espaço escolar na EJA. Têm-se problematizado discursos educacionais tratando da inclusão, mas ainda faltam políticas educacionais voltadas para essa coletividade”. Esse autor, descreve nos resultados do estudo que os professores apontaram o ensino colaborativo como sendo uma estratégia da educação especial para apoiar o professor em suas prática pedagógica com o estudante com deficiência, mas não têm apoio, nem se sentem preparados(as) para desenvolver o trabalho e nem avançar nos estágios do coensino.

A respeito do ensino colaborativo, Lago (2014) ressalta que é um serviço de apoio da educação especial que requer planejamento conjunto entre os professores visando ampliar o suporte educacional para os estudantes com deficiência, mas que conforme afirma os professores participantes do estudo Barros (2020) sem uma formação específica não conseguem avançar nas etapas do coensino, o que respalda a necessidade de maior articulação entre educação especial e a Epjai.

Sampaio (2020, p.53) declara que, “[...] quando trazemos o paradigma da inclusão, sabemos que os desafios a enfrentar são inúmeros, e toda e qualquer investida no sentido de desenvolver um ensino de qualidade para esse público requer avançar nas condições atuais

de estruturação escolar. [...]”. Assevera ainda que o ambiente escolar tem sua subjetividade social instituída a partir dos princípios e concepções dos sujeitos que ali atuam e, da forma como compreendem inclusão dos(as) estudantes com deficiência na Epjai, depreendeu também que a EJA-Interventiva configura-se como uma proposta de integração. A forma como profissionais atuam na instituição corrobora para pequenas transformações relacionadas à inclusão escolar desses estudantes.

Lima (2020), afirma que a Epjai corroborou efetivamente para a inclusão das pessoas com deficiência no trabalho, pois contribuiu com conhecimentos acadêmicos, sociais e comunicacionais, que lhes possibilitaram buscar por seus direitos e pela dignidade humana. Ademais, a legitimidade de suas vozes pode cooperar também para o avanço nos estudos na interface em questão e, conseqüentemente, para aperfeiçoar as políticas educacionais voltadas para a inclusão escolar e profissional, com vistas a garantir o processo inclusivo na sociedade.

Nessa categoria, Alecrim (2021, P.125) relata que há esforços em garantir acesso, permanência e sucesso à/na educação para todos, contudo, isso ainda ocorre sem incluir os(as) estudantes como deveria. Os resultados obtidos ratificam que as políticas públicas pautadas na legislação vigente visam à garantia dos direitos de todas as pessoas, contudo, a vivência educacional cotidiana com os estudantes com deficiência na Epjai indica que o arcabouço legal ainda não é colocado em prática.

Guimarães (2021), aborda em seu estudo que é possível, por meio de práticas pedagógicas inclusivas, a participação do estudante com deficiência, pois ao propor estratégias de ensino que visavam a aproximação dos alunos surdos aos conceitos da física por intermédio de elementos teóricos e práticos relacionados a problematizações, contextualização sócio-histórico-cultural, uso de imagens, representações, expressão em libras e linguagem oral, analogias e metáforas na construção do conhecimento sobre ondas eletromagnéticas, conseguiu a participação efetiva dos estudantes surdos na atividade proposta.

Os resultados do estudo de Guimarães (2021) corroboram com o relato de Brito (2021, p. 206) quando enfatiza que é preciso “[...] refletir sobre os processos de inclusão e exclusão das pessoas com deficiência na EJA, trazendo ao debate as práticas pedagógicas inclusivas e as excludentes”.

Diante do exposto, o processo de inclusão requer, além da elaboração e vivência de políticas públicas e cumprimento das leis e resoluções, mudanças nas práticas pedagógicas de docentes, dos sujeitos envolvidos no processo de inclusão escolar, assim como da família. Reafirmamos, ainda, a necessidade de formação numa perspectiva contínua, de modo que todos possamos participar de movimentos formativos, promovendo a ressignificação de teorias e de práticas, de forma crítica, visando reinventar e recriar possibilidades de inclusão cotidianamente, seja na escola, seja em outros ambientes sociais, não-escolares, entre outros.

De maneira geral, os resultados das pesquisas de Abreu, (2019), Tassinari (2019), Barros (2020), Sampaio (2020), Lima (2020), Alecrim (2021), Guimarães (2021) e Brito (2021) recomendam a formação continuada na perspectiva crítico-colaborativa, com profissionais do mesmo campo educacional, a fim de compreender a inclusão em várias vertentes, visando a uma construção coletiva e buscando superar os desafios para a inclusão escolar das pessoas com deficiência na Eja, ao tempo em que estimulam as práticas pedagógicas inclusivas e suscitam a reflexão sobre implementação de políticas públicas relacionadas à formação docente na perspectiva da inclusão escolar dos estudantes com deficiência nessa modalidade educativa.

Nessa direção, Freire (1996, p. 136-137) afirma: “[...] respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. [...] Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me a escutá-lo ou escutá-la. O diferente não é o outro a merecer respeito é um isto ou aquilo, de tratável ou desprezível”. É válido salientar que, com a diversidade presente no contexto escolar, as turmas são heterogêneas, pois os(as) estudantes, mesmo não tendo nenhum diagnóstico de deficiência ou transtorno específico da aprendizagem, são diferentes em si e, portanto, têm o desenvolvimento de acordo com suas especificidades, o que sinaliza para a necessidade (re)conhecer e explorar as singularidades de cada estudante.

Os 8 (oito) estudos descritos sinalizaram para a necessidade de formação dos(as) professores(as), principalmente em relação às práticas pedagógicas, que precisam ser repensadas, a fim de alcançar a todos(as) os(as) estudantes que compõem o universo da sala de aula. De acordo com Mendes (2006, p. 401), existe uma “[...] interpretação equivocada e reducionista de que a educação inclusiva é algo que diz respeito exclusivamente à população tradicional da educação especial, e não ao conjunto dos excluídos”. Diante dessa diversidade, a formação continuada mostra-se como possibilidade para o processo de reflexividade crítica

sobre as práticas, com intuito de atender a todos(as), considerando suas necessidades e singularidades.

Corroborando a esse respeito, Santos (2011, p. 97) afirma que é preciso perceber a formação continuada “[...] como um espaço-tempo problematizador, contexto no qual os sujeitos são desafiados a refletir constantemente sobre suas práticas, sobre suas ações cotidianas, no sentido de buscar ampliar e ressignificar o ensinar e o aprender em sala de aula e em outros espaços educativos”. Nesse sentido, a formação colaborativa pode tornar-se uma possibilidade coletiva de aprendizagens outras sobre os modos de pensar-viver as docências como criações cotidianas, emancipadoras, dialógicas e transformadoras.

Considerações finais

Nesse artigo, buscamos identificar e analisar como a inclusão de estudantes com deficiência na Epjai são apresentadas em dissertações e teses localizadas na BDTD, atribuindo ênfase para as trajetórias e desafios da docência no âmbito do ensino fundamental.

Com base nos estudos mapeados e apresentados, percebemos que o panorama da inclusão escolar na interface com a Epjai ainda se mostra incipiente, uma vez que dos 20 (vinte) estudos localizados, somente 8 (oito) versam sobre a temática em questão. Em contrapartida, todas essas pesquisas apontaram um aumento significativa dos(as) estudantes com deficiência, matriculados(as) em turmas da Epjai, bem como para os desafios dos(as) profissionais da educação para atendimento a esses(as) sujeitos(as).

Das 8 (oito) produções analisadas, 3 (três) afirmam que as trajetórias de estudantes com deficiência na Epjai são interrompidas, sendo, portanto, um dos fatores pelos quais esse público chega às turmas de Epjai; 2 (duas) reforçam os desafios dos(as) estudantes; 2 (duas) sinalizam para a necessidade de reflexões e análises sobre as práticas curriculares e de implementação de políticas públicas de trabalho e emprego; por fim, 1 (uma), embora tratando da interface entre a EEI e a Epjai, não faz referência à inclusão escolar dos(as) estudantes.

Em relação aos desafios para docência, todos(as) os(as) autores(as) reafirmam a necessidade de um planejamento que contribua para aperfeiçoar e inovar, de forma contínua, as práticas pedagógicas, a fim de atender aos(às) estudantes em suas especificidades, principalmente no atendimento aos(às) estudantes surdos com vistas a superar a barreira da comunicação.

A inclusão escolar requer a construção de experiências curriculares capazes de assegurar a singularidade do processo ensino-aprendizagem, compreendendo a necessidade de elaboração de currículos próprios, permeados de flexibilidade metodológica.

Diante disso, é de fundamental importância desenvolver estudos que contribuam para (re)pensar acerca do trabalho pedagógico, com o propósito de compreender e trabalhar com a diversidade de sujeitos(as) presentes na sala de aula, contribuindo efetivamente para o acesso, permanência e aprendizagem de todos(as).

Referências

ABREU, Gabriela Vieira. **Conversas entre deficiência e educação: por uma política da interdependência nos cotidianos escolares**. Dissertação (Mestrado). 2019. 163f. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/30ed9465-a4f7-47c3-bf27-62eeecd0e5cd/content>. Acesso em: 10 abr. 2023.

ALECRIM, Sumara Barbosa. **A escola inclusiva na perspectiva de estudantes com surdez público da educação de jovens e adultos**. 2021. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14905>. Acesso em: 10 fev. 2023.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5** [recurso eletrônico]. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et. al. Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et. al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARROYO, Miguel. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Carmel Cristina Chaves dos Reis. **O atendimento educacional especializado itinerante e a educação de jovens e adultos: possibilidades de relações colaborativas**. Dissertação (Mestrado). 2020. 76f. Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 2021. Disponível em: <https://www.univates.br/bduserver/api/core/bitstreams/cf4dde3b-1f90-4e1c-b03e-d67e724fde98/content>. Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001. Institui as **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE/CEB, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL. **Lei nº 12.796** de 4 de abril 2013. Modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/1996. Dispõe sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Senado Federal. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**: nº 13.146. Brasília-DF, 2015.

BRITO, Rayssa Maria Anselmo de. **Formação continuada crítico-colaborativa na educação de jovens e adultos**: uma experiência com enfoque na inclusão de educandos com deficiência. Tese (Doutorado). 2021. 271f. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em:https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/23022/1/RayssaMariaAnselmoDeBrito_Tese.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura. **A práxis pedagógica e a aprendizagem contínua da docência**: os saberes da comunicação e os saberes da experiência em interação na constituição docente. Tese (Doutorado). 2018. 364f. Universidade Federal do Ceará, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza, 2018.

CÓDIGO INTERNACIONAL DE DOENÇAS (CID). Classificação de transtornos mentais e de comportamento. **CID-10**: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago., 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?f>. Acesso em: 14 jun. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, Reginaldo Silva. **Conectar no smartphone[manuscrito]**: uma física para alunos surdos(as). Dissertação (Mestrado). 2021. 107f. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/44145/1/disserta%c3%a7%c3%a3o%20de%20mestrado1%20-%20repositorio.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

LAGO, Danúsia Cardoso. **Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual baseado no coensino em dois municípios**, 2014. 229f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2931/6336.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: março 2023.

Inclusão Escolar de estudantes com deficiência no Contexto da Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas: O Estado da Questão

LIMA, Waldísia Rodrigues de. **Da escola para o trabalho: narrativas de pessoas com deficiências egressas da EJA na Baixada Santista**, 2020. 198 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13328>. Acesso em: 12 jun. 2023.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, dez. 2006. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 jun. 2023.

MORAIS, Paula Varlanes Brito. **Interfaces entre a educação especial na perspectiva inclusiva e educação de pessoas jovens, adultas e idosas: contextos de múltiplas (in)visibilidades**. Dissertação (Mestrado). 2019. 157f. Programa de Pós-graduação em Ensino. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.

NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia Maria; TERRIEN, Jacques. Trabalhos científicos e o estado da questão. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 15, n. 30, p. 05-16, 2004. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2148>. Acesso em: 14 mai. 2023.

SAMPAIO, Lucinete Teixeira dos Santos. **Estudantes com Deficiência e EJA-Interventiva: a subjetividade social em foco**. 2020. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020. 159 f. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/40553> Acesso em: 13 dez. 2023.

SANTOS, Jose Jackson Reis dos. **Saberes necessários para a docência na educação de jovens e adultos**. 2011. 189 f. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18319>. Acesso em: 12 mar. 2022.

SIEMS, Maria Edith Romano. Educação de jovens e adultos com deficiência: saberes e caminhos em construção. **Educação em Foco**, v. 16, n. 2, p. 61-79, 2012. Disponível em: [http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Texton-031%20\(texto%20basico\).pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Texton-031%20(texto%20basico).pdf). Acesso em: 18 jun. 2023.

TASSINARI, Ana Maria. **Formação e prática pedagógica de professores da EJA junto a estudantes com deficiência intelectual**. 157f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12065>. Acesso em: 18 jun. 2023.

Nota

ⁱ O termo Transtornos Globais do Desenvolvimento, utilizado no DSM-IV, foi modificado na quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5 (2014). O Transtorno do Espectro Autista (TEA) passou a englobar os transtornos antes denominados “autismos infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger”. (DSM-5, p. 53). Nessa mesma vertente, na décima primeira edição do Código Internacional de Doenças - CID-11 (2018) - o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) recebeu

o código 6A02, em substituição ao código F84 utilizado na CID-10 (1994). (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014; CÓDIGO INTERNACIONAL DE DOENÇAS, 1993).

Sobre os autores

Gilnúbia Rosa Mendes da Silva

Docente da rede municipal de ensino da cidade de Vitória da Conquista, Bahia. Mestra em Ensino pelo Programa de Pós-graduação em Ensino (Mestrado Acadêmico), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Atua na área de educação especial na perspectiva inclusiva, acompanhando e contribuindo com a formação de profissionais da rede municipal de ensino. Pesquisadora vinculada ao Grupo Colabor(Ação): Estudos e Pesquisas em Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas.

E-mail: gilnubiarmsilva@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5869-2597>

José Jackson Reis dos Santos

Docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, vinculado ao Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH) e ao Programa de Pós-graduação em Ensino (Mestrado e Doutorado). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte com estágio doutoral na Universidade de Lisboa (Portugal). Realizou Estágio Pós-doutoral na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) sobre Paulo Freire em países africanos. Coordenador do Grupo Colabor(Ação): Estudos e Pesquisas em Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas. Membro da Academia de Letras do Vale do Itapicuru – Alvi (Bahia).

E-mail: jackson.santos@uesb.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9575-2683>

Danúsia Cardoso Lago

Docente da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Instituto Multidisciplinar em Saúde – IMS, Campus Anísio Teixeira – Vitória da Conquista e professora colaboradora do Mestrado em Ensino da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Pedagoga pela UESB, Mestre e Doutora em Educação Especial pela UFSCar, Pós-Doutorado em Educação pela UFG. Atua na formação de professores da educação básica e do ensino superior, desenvolve pesquisas e orienta trabalhos sobre formação de professores, Ensino Colaborativo, Educação Especial, Consultoria Colaborativa. Coordenadora do Programa de Formação Pedagógica do IMS com projetos associados que contemplam estudantes refugiado e estudantes com deficiência.

E-mail: danusia.lago@ufba.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7652-7613>

Recebido em: 16/10/2024

Aceito para publicação em: 10/11/2024